



COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO JOSÉ DOS DOURADOS

Protegendo a água. Conservando o solo. Preservando o meio ambiente.

- 1 Ata da 48ª Reunião Ordinária do CBH-SJD, realizada na FUNEC / Santa Fé do Sul, em
2 07/12/2015 às 09hs30min.

Relação dos membros do Plenário – Presentes	
ENTIDADE	NOME
Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB/Jales	Sílvio Beraldi
Escritório de Desenvolvimento Rural – EDR / Jales	Neli Antonia Meneghini Nogueira
Secretaria da Saúde – Núcleo Jales	Luiz Eurípides de Carvalho
Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAEE/BTG	Eli Carvalho Rosa
Prefeitura Municipal de Jales	P / Pedro Manoel Callado Moraes
Prefeitura Municipal de Nova Canaã Paulista	Silvano César Moreira
Prefeitura Municipal de Rubinéia	Clevoci Cardoso da Silva
Prefeitura Municipal de Suzanópolis	Osmar Mendanha Dias
Prefeitura Municipal de Santa Fé do Sul	Armando Rossafa Garcia
Prefeitura Municipal de Urânia	Francisco Airton Saracuzza
Prefeitura Municipal de Santana da Ponte Pensa	José Aparecido de Melo
Prefeitura Municipal de Guzolândia	Luiz Antonio Pereira
Prefeitura Municipal de São Francisco	Maurício Honório de Carvalho
ECOACÇÃO – Associação Primavera de Defesa do Meio Ambiente e Ação Social	p/ Francisco Altimari Neto
FIESP / Federação das Indústrias do Estado de São Paulo	Débora Riva Tavanti Morelli
APROPESC – Associação dos Piscicultores de Três Fronteiras e região	Marilsa Patrício Fernandes
Sindicato Rural - Sindicato Rural de Santa Fé do Sul	Adaulto Luiz Lopes
Companhia Energética de São Paulo - CESP	Carlos José Rodrigues

- 3 Aos 07 (sete) dias do mês de dezembro do ano de 2015, às 09h: 30 min., o Secretário
4 Executivo do CBH - SJD, engº Eli Carvalho Rosa, Diretor do DAEE de Jales, deu início à 48ª



COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO JOSÉ DOS DOURADOS

Protegendo a água. Conservando o solo. Preservando o meio ambiente.

5 Reunião Ordinária do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São José dos Dourados, na
6 FUNEC, situada na Av. Mangará nº.477 – Santa Fé do Sul/SP, onde cumprimentou e convidou
7 a todos para ocuparem seus respectivos assentos. Convidou para fazer parte da mesa o Dr.
8 Adaulto Luiz Lopes, Presidente do CBH-SJD e Armando Rossafa Garcia, prefeito de Santa Fé
9 do Sul e vice-presidente do CBH-SJD. Na seqüência, o Secretário Executivo passou a palavra
10 ao Presidente do CBH-SJD, Dr. Adaulto Luiz Lopes, e este, após cumprimentar a todos, deu
11 seqüência na ordem do Edital de convocação da Plenária, que todos tinham no material
12 impresso, e submeteu à plenária a Ata da 47ª Reunião do CBH-SJD, a qual foi dispensada
13 sua leitura tendo em vista sua divulgação no site do Comitê e no ato convocatório. A mesma
14 foi aprovada por unanimidade pelos membros presentes. Dando continuidade, o Presidente do
15 CBH-SJD, passou a palavra ao secretário executivo que informou à plenária que o edital
16 enviado, via e-mail, aos membros do CBH-SJD, continha uma deliberação para aprovação da
17 fundamentação da cobrança pelo uso da água. Na última reunião do Grupo Técnico de
18 Estudos da Cobrança pelo Uso da Água – GTECA, realizada no dia 30 de novembro de 2015,
19 ficou decidido, pelos membros presentes, que o relatório da fundamentação da cobrança fosse
20 retirado da pauta da 48ª reunião ordinária e poderia ser apresentado na primeira reunião
21 ordinária em 2016. Tal decisão se justificou por dois motivos: 1- Durante a discussão, desse
22 assunto, a FIESP e a SABESP apresentaram uma proposta para que alguns dados fossem
23 atualizados, como por exemplo, a captação de água, o lançamento dos efluentes, etc. 2- O
24 relatório da fundamentação da cobrança pelo uso da água do Comitê está com dados de
25 2012, o que compromete os cálculos simulados dessa cobrança. Em seguida, o Dr. Adaulto,
26 presidente do Comitê, no uso da palavra, pensa que com essa atualização dos dados, de
27 2012 para 2015, deverá acarretar em aumento do custo do metro cúbico, na cobrança pelo
28 uso da água, na bacia hidrográfica do Rio São José dos Dourados. A arquiteta Débora Riva,
29 representante da FIESP, a título de esclarecimento, disse que a FIESP e a SABESP não são
30 contra o processo de implantação da cobrança, mas que temos que cumprir o que está na
31 Deliberação CRHnº.111 de 10/12/2009. Ao fazer a análise da fundamentação verificamos que
32 os coeficientes não vão mudar, mas será necessária a atualização dos usuários na bacia
33 hidrográfica, uma vez que temos usuários cadastrados em 2009 que não existem mais. O
34 DAEE e a CETESB possuem essas informações para atualizar, então temos como verificar o
35 cadastro desses usuários junto aos órgãos competentes. Concluindo, não adianta aprovarmos
36 a deliberação da fundamentação da cobrança nessa plenária de hoje, sem as devidas
37 atualizações dos usuários, se a próxima reunião, de aprovação do CRH, deverá acontecer em
38 março ou abril de 2016. A arqt. Débora ainda ressaltou que a SABESP tem sido atuante na
39 participação no GTECA e também é importante que outros, grandes usuários da bacia
40 hidrográfica, estejam presentes principalmente nesse momento de simulação dos valores da
41 cobrança. O Dr. Adaulto complementou dizendo que haverá mudanças na composição do
42 CRH no próximo ano e se for necessário o CRH poderá convocar uma reunião extraordinária
43 para aprovação do Estudo da Fundamentação da Cobrança do CBH-SJD. Na sequência a
44 eng. Neli diz concordar com a posição da FIESP, representada pela arqt. Débora, reforçando
45 que os dados obtidos em 2012 estão muito fora da realidade atual da nossa bacia hidrográfica
46 e se enviarmos o Estudo da Fundamentação da Cobrança da forma como está, certamente a
47 Câmara Técnica da Cobrança (CTCOB) do CRH, irá devolver esse estudo para o Comitê fazer
48 as devidas atualizações. Portanto, é melhor atualizarmos esses dados agora e aprovarmos o
49 Estudo da Fundamentação da Cobrança do CBH-SJD na plenária de abril de 2016. Em
50 seguida o secretário executivo informou que as Usinas de Ilha Solteira e Jupiá, após a
51 licitação de venda dessas usinas, pertencem a um grupo chinês. Segundo o prefeito de Santa
52 Fé do Sul, Sr. Armando Rossafa Garcia, a idéia do Procurador do Ministério Público de Jales,
53 era suspender essa licitação o que não foi possível fazê-lo. A Marilsa, representante da
54 APROPESC, informou que esteve em Jales com o Procurador do Ministério Público e o
55 mesmo disse que a idéia era a inclusão, no edital, do uso múltiplo das águas e o



COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO JOSÉ DOS DOURADOS

Protegendo a água. Conservando o solo. Preservando o meio ambiente.

56 estabelecimento da cota do N.A no reservatório de Ilha Solteira bem como a Outorga de Uso
57 dos Recursos Hídricos e não o cancelamento da licitação. Mas, ele lamentou o caso por não
58 ter sido atendido. Houve uma reunião em Brasília, na véspera da licitação, entre a ANA,
59 ANEEL e o MPF, cujo teor da mesma não foi divulgado. O Procurador do MPF em Jales disse
60 que independente disso o processo continua e em algum momento deverá ser julgado. O Dr.
61 Adaulto disse que essa reunião que aconteceu em Brasília, na véspera da licitação, resultou
62 num parágrafo da medida provisória que diz: "...caso haja escassez dos recursos hídricos, na
63 bacia hidrográfica do Rio Paraná, o governo federal se compromete em aumentar o custo da
64 energia elétrica para o usuário...". O secretário executivo passou então à discussão das
65 deliberações conforme a pauta de reunião da 48ª R.O do CBH-SJD. **1- Deliberação nº 167**
66 **de 07/12/2015 "Aprova o Relatório de Situação ano base de 2014"**. O secretário executivo
67 convidou a eng. Eliana, funcionária do DAEE-Jales, para apresentar um resumo desse
68 relatório na plenária. Após a apresentação do Relatório de Situação, a eng. Eliana salientou
69 que esse relatório estará disponível no site do CBH-SJD após sua aprovação e publicação no
70 D.O.E. Em seguida a representante da FIESP, arqt. Débora, sugeriu que no tema "crise
71 hídrica" poderia ser colocado os usos múltiplos do reservatório e as discussões que
72 aconteceram no Comitê, para constar como documento histórico. A eng. Eliana informou que
73 neste relatório foi colocado todo histórico da crise hídrica no reservatório de Ilha Solteira
74 envolvendo o MPF em Jales e o CBH-SJD. A representante da APROPESC, Marilsa, solicitou
75 que também deve constar neste relatório a ação civil pública que foi motivada por duas
76 entidades de representação, o SINDESP e o Consórcio Intermunicipal para o
77 Desenvolvimento da Piscicultura. O Dr. Adaulto Luiz Lopes, Presidente do CBH-SJD, colocou
78 a deliberação em votação e como não houve manifestações em contrário a mesma foi
79 aprovada por unanimidade. **2- Deliberação nº 168 de 07/12/2015 "Aprova a atualização do**
80 **cronograma de implantação da cobrança"**. O secretário executivo convidou a eng. Eliana,
81 funcionária do DAEE-Jales, para apresentar um resumo desse cronograma na plenária. Esse
82 cronograma tem sido atualizado anualmente pelo CBH-SJD. O Dr. Adaulto Luiz Lopes,
83 Presidente do CBH-SJD, colocou a deliberação em votação e como não houve manifestações
84 em contrário a mesma foi aprovada por unanimidade. **3- Deliberação nº 169 de 07/12/2015**
85 **"Aprova Diretrizes e Critérios para hierarquização dos recursos do FEHIDRO, exercício**
86 **2016"**. O secretário executivo convidou o coordenador da Câmara Técnica de Planejamento –
87 CTPLAN, do CBH-SJD, eng. José Roberto Bóis, para apresentar essa deliberação que foi
88 elaborada pelos membros da CTPLAN. O eng. Bóis informou que ocorreram algumas
89 mudanças em relação ao ano passado. **Em primeiro lugar** foram os valores mínimos e
90 máximos para projetos e obras, conforme dados a seguir. I- O valor **mínimo de apoio do**
91 **FEHIDRO de R\$ 300.000,00** (trezentos mil reais) e valor **máximo de apoio do FEHIDRO de**
92 **R\$ 400.000,00** (quatrocentos mil reais) aos empreendimentos classificados como "estruturais",
93 caracterizados por obras e intervenções físicas; II- O valor **mínimo de apoio do FEHIDRO de**
94 **R\$ 150.000,00** (cento e cinquenta mil reais) e valor **máximo de apoio ao FEHIDRO de**
95 **R\$300.000,00 (trezentos mil reais)** aos empreendimentos classificados como "não
96 estruturais", caracterizados por estudos, projetos, pesquisas, programas de capacitação,
97 treinamento ou educação ambiental, comunicação social, etc.; III- O valor **mínimo de apoio**
98 **do FEHIDRO de R\$ 150.000,00** (cento e cinquenta mil reais) aos empreendimentos que
99 compreendam projeto, obra e serviços destinados à perfuração de poços profundos. **§ ÚNICO**
100 - O CBH-SJD, como exceção ao previsto nos incisos I, II e III deste artigo, poderá indicar até
101 dois empreendimentos com valor mínimo de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais),
102 independentemente da classificação como "estrutural" ou "não estrutural", desde que a soma
103 dos projetos indicados, para utilização dos projetos indicados em 2016, não ultrapasse o limite
104 máximo de indicações para utilização das verbas anuais, estabelecido no ANEXO-1 da
105 Deliberação COFEHIDRO nº 158 de 23 de julho de 2015 e seja de importância no âmbito da
106 Bacia Hidrográfica do Rio São José dos Dourados. **Em segundo lugar** foram as prioridades



COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO JOSÉ DOS DOURADOS

Protegendo a água. Conservando o solo. Preservando o meio ambiente.

107 apontadas pelo novo Plano de Bacia, conforme descritos na página 12 (doze) dessa
108 deliberação. O Dr. Adaulto Luiz Lopes, Presidente do CBH-SJD, apresentou uma proposta de
109 apenas ser aceito um projeto por município e colocou essa proposta para discussão da
110 plenária. O eng. Bóis disse que no Art.5º da Deliberação está escrito que “cada Tomador
111 deverá apresentar apenas uma solicitação junto ao Fehidro”. A proposta do Dr. Adaulto é tirar
112 o “Tomador” e deixar apenas um projeto por “Município”. A eng. Neli disse que cada município
113 tem suas prioridades. A arqt. Débora lembrou que estamos indo contra a Política Estadual
114 porque está na lei que todos têm acesso aos recursos financeiros do FEHIDRO, caso contrário
115 se abre brecha para que algum Tomador entre com recurso judicial contra o Comitê. O
116 representante da ONG ECOAÇÃOI, Dr. Edson, concorda com a posição da FIESP. O
117 representante da CETESB, Silvio Beraldi, entende que o Comitê precisa pensar na bacia
118 hidrográfica e não apenas localmente. A representante do município de Guzulândia, eng.
119 Sara, lembrou que no ano passado tivemos essa mesma discussão e foi falado que não
120 tínhamos a atualização do diagnóstico da bacia hidrográfica e que a elaboração do Plano de
121 Bacia estava em andamento. Agora temos a finalização da elaboração do Plano de Bacia e
122 nessa deliberação temos um quadro de prioridades. Partindo desse princípio a eng. Sara disse
123 que está de acordo com as palavras do Sr. Silvio Beraldi, representante da CETESB. Após
124 essas discussões o Dr. Adaulto retirou sua proposta. A arqt. Débora apresentou uma proposta
125 para retirar do Artigo 5º a palavra **município** ficando apenas “...cada proponente Tomador...”.
126 O eng. Bóis concordou com essa proposta e disse que um município poderá ter dois ou mais
127 Tomadores. O Dr. Adaulto Luiz Lopes, Presidente do CBH-SJD, colocou essa proposta de
128 mudança na deliberação em votação e como não houve manifestações em contrário a mesma
129 foi aprovada por unanimidade. A arqt. Débora fez uma observação no Anexo-2 “Prioridades do
130 Comitê para o ano de 2016” para confirmar “ações de perdas, área de abrangência
131 Suzanápolis, e na relação numérica está sem a devida numeração, PDC-5 Plano de Perdas, e
132 verificar se tem outros municípios”. O secretário executivo informou que falta apenas o
133 município de Suzanápolis para solicitar a elaboração do plano de perdas de água no sistema
134 de abastecimento público, o município de Ilha Solteira já concluiu esse plano, os municípios de
135 Neves Paulista, São João de Iracema e Santa Fé do Sul já solicitaram, junto ao FEHIDRO, no
136 ano de 2015, recursos financeiros para elaboração desse plano. Quanto a ordem numérica
137 das ações que foram apresentadas, no Anexo-2, as mesmas serão revistas por esta
138 secretaria. 4- **Deliberação nº 170 de 07/12/2015 “Fixa prazos para apresentação de
139 documentação visando obtenção de recursos junto ao FEHIDRO, exercício 2016”**. O
140 eng. Bóis destacou a importância dos prazos a serem seguidos, principalmente pelos
141 Tomadores, quanto a data de protocolo dos projetos FEHIDRO 2016. A CT-PLAN determinou
142 para protocolo, análise e hierarquização das solicitações de recursos FEHIDRO, referente ao
143 exercício 2016, o seguinte cronograma: I– De 08/12/2015 a 26/02/2016 das 8h às 17h (horário
144 de Brasília) – protocolo das solicitações na sede da Secretaria Executiva do CBH-SJD, situada
145 à Rua Treze, n.2033, Centro, no município de Jales. II– De 07/03/2016 a 07/04/2016: reunião
146 da Câmara Técnica de Planejamento e Avaliação (CTPLAN) para análise, habilitação,
147 avaliação, pontuação, proposta de hierarquização das solicitações protocoladas, de acordo
148 com os critérios estabelecidos pela Deliberação CBH-SJD nº.169/15 de 07 de dezembro de
149 2015; III- Até o dia 29/04/2016: Reunião Ordinária do CBH-SJD. O Dr. Adaulto Luiz Lopes,
150 Presidente do CBH-SJD, colocou a deliberação em votação e como não houve manifestações
151 em contrário a mesma foi aprovada por unanimidade. O Dr. Adaulto Luiz Lopes, Presidente do
152 CBH-SJD agradeceu a presença de todos, desejou um Feliz Natal a todos e deu-se por
153 encerrada a **48ª Reunião Ordinária do CBH-SJD** .